

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 865, DE 2007

Dispõe sobre inspeção anual de segurança nos tanques subterrâneos de armazenagem de combustíveis e gasodutos, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Neilton Mulim

**Relator:** Deputado Carlos Willian

### I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Neilton Mulim, com o propósito de tratar da inspeção anual de segurança nos tanques subterrâneos de armazenagem de combustíveis e gasodutos.

Justifica o autor:

*É nessa esteira nossa proposta, disciplinar o insculpido na Lei Maior, buscando adequar depósitos de combustíveis e tanques existentes no País, às técnicas hoje existentes, para que, não só o meio ambiente seja preservado, como milhões de vidas.*

*As empresas responsáveis pelas instalações objetos desta lei, devem estar de acordo com as determinações desta proposta, sob pena de multa de valor razoável, de modo a inibir qualquer infringência.*

*Esta iniciativa não trará qualquer ônus ao erário, pois, empresas devidamente credenciadas deverão*

*executar as inspeções pertinentes e elaborar o competente Laudo Técnico de Vistoria, às expensas do interessado.*

*Trata-se, portanto, de matéria de inegável interesse público e nessa condição, merecedora do apoio dos nobres pares para a sua aprovação.*

A matéria foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que houve por bem aprová-la com três emendas, bem como à Comissão de Minas e Energia, que, por sua vez, rejeitou a proposição.

Nos termos do despacho de distribuição, compete-nos a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, à vista do art. 54 do Regimento Interno.

A tramitação, nos termos do art. 24, II, é conclusiva, mas não foram apresentadas emendas no prazo fixado no art. 119, I, do mesmo Estatuto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Em primeiro lugar, no âmbito da análise constitucional de pronto nos manifestamos contra a livre tramitação da matéria, uma vez que a mesma traz, no seu bojo, disposição inconstitucional, como o art. 7º, que estabelece o que deverá conter eventual decreto a ser editado pelo Presidente República na regulamentação do tema. Ora, bem sabe esta Comissão – as decisões são reiteradas ao longo de tantos anos após o advento da Constituição de 1988 – que é, pelo menos, inócuo o estabelecimento de obrigação ou mesmo a delimitação de atividade que apenas e tão-somente cumpre a outro Poder da República. Editar decreto regulamentar é função típica e exclusiva do Presidente da República, de acordo com o que dispõe o art. 84, IV, da Constituição.

Ademais, a proposição adentra seara reservada à atividade de gestão administrativa do Poder Executivo, mais diretamente da

ANP, uma vez que está em consideração o abastecimento, armazenamento e transporte de combustíveis.

Nesse particular, já no âmbito da juridicidade estrita há a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 – em torno da qual há uma gama de disposições normativas e regulamentares específicas – nos sugerindo um confronto lógico da proposição com disposições legais em vigor, cuja razoabilidade está em favor destas em detrimento da proposição.

Isso posto, votamos pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 865, de 2007 e das três emendas apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala da Comissão, em        de        de 2009.

Deputado CARLOS WILLIAN  
Relator